

ADUSP DENUNCIA O DOMÍNIO AUTORITÁRIO NA USP

Presidente e vice-presidente da entidade docente criticam a atual Reitoria e a falta de democracia na maior universidade pública do Brasil.

Por Valéria Nader e Gabriel Brito

Heloisa Borsari, professora doutora do Departamento de Matemática, e Cesar Augusto Minto, professor doutor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, ambos da USP, são os atuais presidente e primeiro vice-presidente da Associação de Docentes da USP (Adusp), onde vêm enfrentando uma delicada conjuntura nos últimos meses.

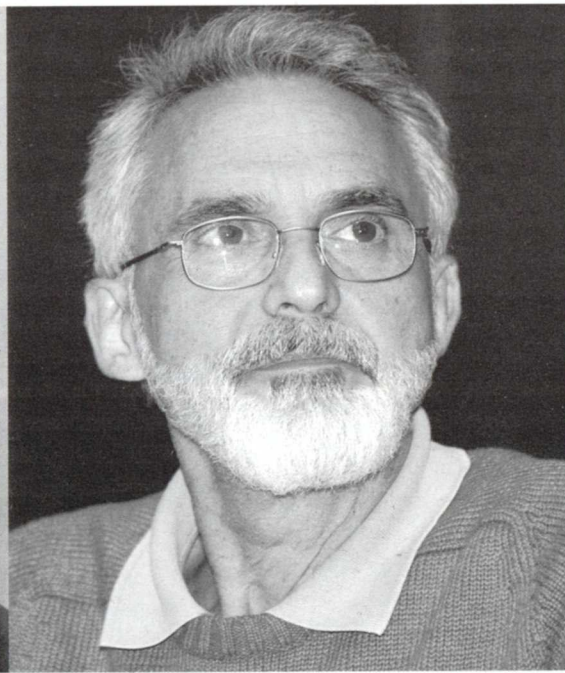
Nesta entrevista exclusiva, eles analisam as atuais condições das universidades públicas paulistas para o desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, tecem considerações quanto à nova proposta de mudança no regulamento da pós-graduação da USP e avaliam o estágio atual dos movimentos e manifestações por parte de professores, estudantes e funcionários, com destaque para as situações com as quais a Adusp tem se defrontado em seu relacionamento com o atual reitor, João Grandino Rodas.

Valéria Nader - Como vocês enxergam, hoje, as universidades públicas estaduais no estado de São Paulo, a USP especialmente, no que se refere ao desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão?

Heloisa Borsari - Uma das coisas que sempre defendemos numa universidade é que ela deve desenvolver suas atividades fim, ensino, pesquisa e extensão, equilibradamente. Não que o docente precise desenvolver o tempo todo as três, mas elas devem coexistir. O que se nota nos últimos anos, desde o início dos anos 1990, é um crescimento forte na área da pesquisa, estimulado pela reitoria e seus métodos de avaliação, reforçado pelas instituições de fomento, em detrimento das outras atividades de ensino e extensão.

Decorre daí um problema para os docentes, porque aqueles que têm mais vocação ou interesse maior pelo ensino tendem a não subir na carreira – porque, no fim das contas, o que vale é a quantidade de trabalhos e artigos publicados, o que contribui para uma visão da universidade como instituição de pesquisa, relegando as demais atividades, até o próprio ensino. Mesmo quando se instituem premiações para a docência na graduação etc., é sempre algo muito periférico.

As condições fundamentais para uma boa graduação são professores bem preparados e motivados,



FOTOS: AROUJO/DANIEL GARCIA

Presidente e Vice-presidente da Adusp analisam a resistência ao autoritarismo na Universidade de São Paulo.

salas de aulas adequadas, bem equipadas, número correto de alunos... Isso em geral não acontece, havendo ainda problemas de superlotação em muitas classes. Dar aula para 40 alunos é bem diferente de fazê-lo para 90, muda completamente a interlocução com os alunos.

Cesar Minto - Há esse problema recorrente, que é a valorização maior de uma das três atividades. Sempre brincamos com os estudantes que o ensino é a prima pobre das três, pois de fato é pouco valorizado. Aparentemente, para a instituição, seria melhor se não houvesse estudantes.

Algo que tem preocupado muito nos últimos anos é a expansão indiscriminada, sem recursos suficientes e condições de trabalho adequadas. Ao longo dos anos, as três universidades estaduais paulistas têm se expandido, mas sem maior dotação de orçamento, docentes, funcionários. São muitas vagas oferecidas sem uma contrapartida estrutural.

Valéria Nader - Mas as universidades públicas paulistas têm oferecido vagas de ingresso em cursos de graduação em quantidade suficiente, ou é a atual estrutura que não suporta sequer o que

é oferecido? O que dizer sobre as estatísticas que nos mostram o dobro de vagas públicas em relação à população em outros estados relativamente a São Paulo?

Heloisa Borsari - As vagas não são suficientes de jeito nenhum, mas não há condições de ampliar a oferta significativamente na atual situação. O ensino superior público tem que crescer muito em São Paulo, basta comparar o percentual de alunos matriculados em faculdades particulares – cerca de 85% –, muitas vezes de péssima qualidade, em relação aos que estão em escolas públicas. Entretanto, não necessariamente isso deve ser feito aumentando as vagas indiscriminadamente em uma universidade, mas sim criando outras, com planejamento e dotação orçamentária adequados. O aumento de vagas é uma demanda legítima dos estudantes que se formam no ensino médio, que são selecionados de forma absolutamente injusta hoje em dia.

Valéria Nader - Como vocês avaliariam estes aspectos à luz dos últimos anos, em que o tucanato esteve à frente de São Paulo? O relacionamento das universidades públicas estaduais com o governo tem se mostrado conflitivo, no que diz respeito,

dentre outros, à administração orçamentária e à intervenção na política estudantil.

Cesar Minto - Há, aqui, uma questão de fundo: um problema maior que se arrasta, a falta de planejamento efetivo. Dando um exemplo concreto, a Constituição Estadual de 1989 tinha previsão de expansão e ampliação das universidades no estado, em especial em determinadas regiões com maior carência, além dos cursos noturnos. Isso foi tirado da Constituição. Não só não foi realizado a contento, como foi tirado da Constituição Estadual, evidenciando essa falta de planejamento.

Quando se expande algo de forma indiscriminada, fica-se ao sabor de um interesse. Estamos diante de duas questões distintas: precisa ampliar, mas não da forma como se faz. Tivemos a inauguração de um campus da Unesp em São João da Boa Vista. Poderíamos perguntar por que essa cidade. Eventualmente poderia ser, mas não se explica muito. Nos últimos anos, há uma prevalência do Executivo sobre o Legislativo e Judiciário, o que atrapalha a elaboração desse planejamento do qual falamos.

Heloisa Borsari - A própria dotação de recursos, que já é insuficiente desde a origem, agora fica mais clara. Como se sabe, a USP, Unesp e Unicamp recebem percentual do ICMS estadual, e têm autonomia de gestão sobre tais montantes. O percentual inicial do ICMS foi de 8,4% na época do governador Quéricia, depois conseguimos um acréscimo para 9,57%. E nunca mais. Toda essa expansão está sendo feita sem aumento do percentual orçamentário. Lutamos na Assembleia Legislativa para aumentar a dotação para dar conta da demanda. Uma vez conseguimos o aumento, para cerca de 10,5%. O governador Alckmin já havia deixado o cargo para disputar a presidência, e o então governador Claudio Lembo, que o substituiu, vetou o aumento.

Todos os anos apresentamos emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO), tanto para o financiamento da universidade, como da educação em geral. E não conseguimos ver tal quesito minimamente atendido, nem sequer uma programação para promover um aumento progressivo. Não há interlocução e as reitorias não fazem esforço. Neste aspecto, os reitores parecem mais representantes do governo aqui dentro do que da universidade junto aos governos!

Cesar Minto - Essa questão do atendimento no que diz respeito ao ensino superior é mais complexa do que podemos imaginar. Existe outro gargalo, fundamental, que é a não correspondência, a não adequação das fases anteriores, do ensino fundamental e médio, muito precários. Refiro-me mais especificamente aos públicos, mas aos particulares também - afinal, escolas particulares boas não deixam de ser exceções.

Valéria Nader - Nessa perspectiva, concordam com a avaliação em curso de que está em marcha um processo, cada vez menos disfarçado, de privatização do ensino público, do que seriam emblemáticas as fundações de direito privado nas fronteiras da USP?

Cesar Minto - Enquanto modelo, creio que sim. Além desse gargalo, a insuficiência de recursos, temos cada vez mais faculdades dispostas a buscá-los fora daqui. E sempre discutimos esse fato com os estudantes. Não existe benemerência nessas atividades; quem está eventualmente disposto a aplicar recursos em algum setor na faculdade é porque deseja obter alguma contrapartida, algum retorno. E é aí que se distorcem as funções da universidade, que, ao invés de trabalhar pelo interesse coletivo, social, terá como foco um interesse particular, de pessoa ou grupo. É possível dizer, sim, que existe uma tendência à privatização das universidades.

Valéria Nader - Como encaram, neste aspecto, a proposta de mudança no regulamento da pós-graduação dentro da USP - alvo de críticas e preocupações dos movimentos de estudantes e professores mais combativos?

Heloisa Borsari - Sim, claro. Segue a tendência. Os próprios cursos pagos, cada vez mais corriqueiros na extensão e especialização, atingindo até a pós-graduação, abrem caminhos rumo à privatização. Combate-mos o processo duramente há muitos anos. Muitas vezes as fundações ocupam prédios da USP, outras vezes são utilizadas para a complementação do salário de parte dos professores, criando

diferenciações salariais dentro da categoria. Afinal, para algumas pessoas, o salário é tudo, para outras, passou a ser apenas uma fatia da renda. Como o Minto salientou, decorre destes fatos uma distorção do papel da universidade. É algo que vai minando e desarticulando a concepção de universidade pública.

Valéria Nader - Como veem o movimento dos professores no atual momento, não somente na USP, mas também fora dela?

Heloisa Borsari - Podemos dizer que estamos numa conjuntura desfavorável, de pouca mobilização e interesse pelas questões coletivas, o que já dura vários anos, trazendo uma dificuldade muito grande para quem está no sindicato. Porque você precisa do apoio de uma parcela ponderável da categoria para levar adiante determinadas lutas e reivindicações.

A vida acadêmica tem sido permeada pelo individualismo. Pela necessidade de ganhar a vida,

por um lado, e, por outro, por pressões ligadas à produção, vindas da reitoria e de instituições de fomento. Essa dupla pressão é forte no sentido de fazer o docente se isolar completamente, cada vez mais voltado à sua pesquisa, ao seu trabalho, e menos preocupado com a universidade como instituição.

Valéria Nader - Quanto ao atual processo de escolha de reitores, enxergam perspectivas de uma escolha sem a lista triplíce encaminhada ao governador, esgotando-se internamente na USP?

Heloisa Borsari - A Adusp tem uma discussão acumulada bem grande sobre isso. Começamos essa luta para que reitores, diretores e chefes de departamentos pudessem ser escolhidos de modo mais demo-

crático, esgotando-se o processo no âmbito adequado. Pelo menos desde a década de 1980, e em especial em 1987, travamos esta batalha, quando fizemos um congresso bastante mobilizador, das três categorias, aprovando uma proposta de estatuto, de como a Universidade deveria se estruturar, com uma ligação maior com a sociedade, com a constituição de um "conselho social". Seria uma estrutura mais aberta e que possibilitaria uma interação maior, que romperia o isolamento.

Não houve, na época, uma estatuinte constituída para mudar o estatuto. Foi o próprio Conselho Universitário que fez essa reforma, não havia representantes eleitos com esse fim. De fato, havia um comprometimento daquele colegiado com a estrutura de poder vigente. Não tivemos uma estatuinte livre, soberana, democrática, autônoma, para fazer somente aquilo e depois se dissolver.

Continuamos defendendo bandeiras como eleições diretas para reitor, com a participação dos três segmentos da comunidade universitária, mas ainda estamos muito longe disso. A USP não consegue cumprir nem a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação, no que se refere à composição de colegiados, processo de indicação de dirigentes etc.

Cesar Minto - Uma lei (a LDB) que já é muito conservadora. E veja o que somos obrigados a enfrentar. Durante muitos anos, ficamos calados a respeito da situação desta instituição em especial, a USP, muito hierarquizada, muito verticalizada. Continua desrespeitando até hoje a Lei de Diretrizes e Bases, com relação à escolha dos dirigentes e composição de colegiados, que deve ter 70% de docentes. Aqui nós temos muito mais docentes. Durante muito tempo ficamos constrangidos em levantar a questão, porque pareceria que defendíamos os 70%, o que não é verdade, mas já seria um avanço nesta instituição ter no máximo este número de docentes.

Heloisa Borsari - Ter 70% de docentes, 15% de funcionários e 15% de alunos já seria uma

"Os próprios cursos pagos abrem caminhos rumo à privatização"

Heloisa Borsari.

"Precisa ampliar, mas não da forma como se faz"
Cesar Minto.

revolução; em alguns locais, os colégios eleitorais chegam a 90% de representação de docentes; e, dentre esses professores, a grande maioria é de titulares - cargo mais alto da carreira, condição para ser diretor e reitor, representando menos de 20% da categoria docente. Com certeza, podemos afirmar que a maioria dos colegiados não é sequer representativa do corpo docente.

A Adusp defende eleições diretas para reitor, mas, se fosse alterada a composição dos colegiados, respeitando-se a LDB, já teríamos uma mudança muito importante dentro da universidade. Entramos com uma representação no Ministério Público sobre o assunto e perdemos o processo, impetrado pelo Ministério Público, porque a USP se defendeu dizendo que, sim, cumpre a LDB que, segundo ela, prevê no mínimo 70%. No entanto, a Constituição Federal prevê também gestão democrática da universidade. Como se pode ter gestão democrática com um domínio absoluto de uma parcela do corpo docente, sem a participação efetiva dos demais segmentos?

Cesar Minto - É uma parcela numericamente muito pequena de professores, mas que consegue exercer um poder muito grande na universidade. Se fotografássemos o Conselho Universitário, tanto do ponto de vista de composição como da organização física, creio que se conseguiria ver bastante como funciona isso aqui, em termos de verticalização, hierarquização...

Valéria Nader - Afinal, a lista tríplice é só um componente em meio à esquizofrenia...

Heloisa Borsari - É um componente importante, mas não é o único problema. Na gestão anterior, encaminhamos ao Conselho Universitário uma série de propostas aprovadas pela Adusp, de mudanças pontuais no estatuto, que iriam em direção de cumprir minimamente o que prevê a LDB na composição dos colegiados e eleição dos dirigentes. A eleição de reitor não precisaria prever uma lista tríplice, mecanismo que se reproduz também nas unidades, pois os diretores são indicados pelo reitor, que recebe uma lista tríplice das unidades. Temos a proposta de que o processo de escolha do reitor se encerre no âmbito da universidade, de que a composição dos colegiados esteja de acordo com a LDB.

Continuamos com a perspectiva de lutar pela democratização, que acreditamos ser cada vez mais urgente e está na ordem do dia. O problema é que é necessário um nível maior de mobilização das três categorias. Talvez a mobilização dos estudantes esteja crescendo, mas, entre os docentes, a desmobilização é ainda muito grande.

Valéria Nader - Falando de mobilizações, como anda o movimento estudantil, em nosso país e internamente à USP, incluindo os últimos atos de ocupação da reitoria?



FOTO: ARQUIVO

Cesar Minto - Acredito que uma parcela dos três segmentos, diria eu, tem uma percepção mais clara das coisas, mas não é suficiente. É uma parcela que chega a ficar indignada com determinadas atitudes e políticas, mas aparentemente não ultrapassa o limite para disponibilizar-se a uma ação um pouco mais efetiva no sentido da resistência. Creio que tem um pouco a ver com uma certa alienação, decorrente das condições de trabalho a que estão submetidos. Há um caldo de cultura que dificulta muito a mobilização para se contrapor a este estado de coisas. A ponto de imaginarmos algumas reformas que, mesmo sem resolverem tudo, tornariam muito mais digno o funcionamento de uma instituição como essa.

Heloisa Borsari - Há aspectos nessas questões do movimento estudantil que não podemos deixar de mencionar. Tanto no movimento de funcionários como de estudantes, houve um período de maior radicalização, com ocupações mais frequentes, piquetes mais duros etc. São ações legítimas, no sentido de que são decididas pelas instâncias de cada movimento. Ocorre que, dentro da universidade, enfrentam um nível de resistência muito grande. Parcelas do corpo docente as veem como uma violência. Mesmo dentro dos setores progressistas há quem tenha esta visão, de que este não é o caminho.

Na última ocupação da reitoria, houve um agravante. Ela não decorreu de uma decisão tomada por uma assembleia estudantil, e sim por um grupo, à revelia da decisão da assembleia. A Adusp manifestou-se publicamente na época, criticando esse tipo de ação, do ponto de vista de que deveriam ter sido respeitadas as instâncias democráticas da entidade estudantil, o DCE (Diretório Central de Estudantes). Mas não se pode concordar

com a abertura de processos de expulsão dos estudantes envolvidos, independentemente de concordarmos ou não com esse tipo de ação. Não se pode tratar dessas questões criminalizando os movimentos. O diálogo e a negociação têm que prevalecer sempre, o que não tem ocorrido na USP.

Valéria Nader - De todo modo, é fato que, em um momento de descenso das lutas sociais em geral, ações estudantis descoladas de medidas mais efetivas criam confusão...

Heloisa Borsari - Sim, deste modo, todos ficamos muito expostos. Hoje, além dos processos de expulsão de estudantes, temos uma parcela ponderável da diretoria do Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP) sofrendo processos administrativos, com risco de ser demitida por justa causa. Se tais medidas são tomadas contra dirigentes no exercício do mandato sindical, quem está a salvo?

Deveria haver resistência a um processo que pode culminar na expulsão de 80 estudantes. E não se vê a universidade em pé de guerra, lutando contra este quadro repressivo. Como dito antes, presenciamos o esgarçamento e distanciamento entre as lideranças e bases dos movimentos, que não permitem construir a unidade nesse momento tão difícil, em que enfrentamos um processo de criminalização muito intenso.

Valéria Nader - Houve há alguns dias uma manifestação de um grupo de alunos no bandeirão, com a intenção de terem a refeição gratuita como forma de protesto; o que, segundo se soube, causou revolta em grande parte dos alunos presentes no momento...

Heloisa Borsari - Essas ações, em períodos de baixa mobilização, são sempre muito complicadas. E o problema está justamente aí: em momentos de grande mobilização, consegue-se conter atitudes mais isoladas, pois o conjunto da categoria dá o tom médio das coisas. Quando há menos mobilização, os grupos mais articulados aparecem mais, dando a impressão de representar o conjunto. É delicado falar disso, mas é realmente uma situação que o movimento tem de discutir. Temos levado o tema às outras entidades, mas não é fácil.

Cesar Minto - Um exemplo dessa dificuldade: ainda na gestão de Sueli Vilela, como consequência da mobilização dos estudantes, a reitoria destinou uma semana do calendário letivo para que as três categorias promovessem uma discussão conjunta sobre o estatuto da universidade. Após meses de discussão entre as entidades, visando a organização de um congresso, vimos alguns segmentos agirem de forma absolutamente equivocada, impedindo sua realização.

Heloisa Borsari - Acabamos realizando um encontro de professores, com a participação de alguns grupos de estudantes, o que para nós foi bom, mas foi menos rico. E este fato deixou muitas marcas no movimento, porque há avaliações

“Temos a proposta de que o processo de escolha do reitor se encerre no âmbito da universidade”
Heloisa Borsari.

muito diferentes sobre as causas que levaram à não realização do congresso. Há divergências profundas, principalmente entre Adusp e Sintusp em relação à questão. Para nós, o congresso deveria ter sido realizado - a condição exigida pelo Sintusp para sua participação não nos pareceu razoável, mas não conseguimos reverter o quadro. Ao final, desorganizamo-nos internamente e deixamos de fazer frente a outras situações que vieram em seguida: a entrada da PM na gestão Suely, a vinda permanente da PM na gestão Rodas...

Cesar Minto - É provável que, se tivéssemos conseguido realizar o congresso, teríamos barrado outras medidas de conteúdo repressivo.

Heloisa Borsari - Até porque a discussão estaria mais ampliada. Bem ou mal, quando se elegem 200, 300 delegados dentro do corpo docente, há uma representação espalhada pelas diferentes unidades, que vai repercutir aquilo que foi discutido, diferentemente da mera leitura de um boletim. Os participantes ganham a visão da discussão coletiva, a qual, no dia a dia, não há possibilidade de que seja alcançada.

Valéria Nader - Agora, um assunto inescapável. Como vocês, professores, e a Adusp estão enxergando e lidando com o Rodas?

Cesar Minto - Digamos, não sei se é a expressão correta, que ele pegou um cavalo encilhado, no momento exato.

Heloisa Borsari - Tem sido tudo muito difícil. Rodas se elegeu com a proposta de diálogo permanente, mas não é o que vemos. Ao contrário, a tendência tem sido a de judicializar toda a questão política. Tem reagido aos movimentos e às divergências com processos judiciais, e não com diálogo. A última gestão reitoral com a qual se teve um diálogo razoável foi, se bem me lembro, a do professor Melfi. Não que houvesse acordo sempre, mas mantinha-se o diálogo. Havia mais negociação e discussão.

Cesar Minto - De alguma maneira,

Rodas agrada, ou pode agradar, os setores que dominam a universidade. De todos os candidatos da última eleição, um dos únicos segmentos não representados na atual reitoria é aquele que estava organizado em torno da candidatura de Francisco Miraglia. Enfim, temos um reitor autoritário, mas que reflete a vontade de grupos dominantes.

Heloisa Borsari - É como falamos antes. Creio que se criaram condições para uma reação conservadora. E pior: gestões anteriores, bem ou mal, ainda consultavam o Conselho Universitário. O atual reitor, muitas vezes, nem isso faz, a exemplo da assinatura do convênio com a Secretaria de Segurança do governo estadual, da indicação dos coronéis etc.

Gabriel Brito - Tudo isso vindo do primeiro reitor, desde a época da ditadura, que não foi o mais votado pelo processo interno, mas acabou escolhido pelo governador.

Heloisa Borsari - É verdade, mas, particularmente, não considero este ponto tão fundamental. Para mim, o problema é a existência da lista. Na hora que sai a lista, vira prerrogativa do governador. É certo, no entanto, que o último reitor escolhido dessa forma, qual seja, sem que tenha sido o primeiro da lista, foi na época da ditadura.

De toda forma, Rodas se elegeu com o discurso de diálogo. Basicamente com esse discurso, afirmando à comunidade universitária que resolveria os problemas de modo aberto ao diálogo permanente. Nós já vivemos situação de reunião agendada para discutir carreira, estrutura de poder, e o reitor abrir os trabalhos anunciando a concessão do vale-alimentação - que nunca foi reivindicado pela entidade -, sem entrar na pauta combinada.

Valéria Nader - É o tipo de fato que corrobora avaliações de que o reitor usará a estratégia de conceder determinados benefícios para vencer resistências e criar uma aglutinação maior em torno dele e de seu projeto.

Heloisa Borsari - Sim. Começou com o vale-alimentação em 2010, agora o vale-refeição, a partir de junho, mas essas concessões podem ser temporárias, ele pode retirá-las a qualquer momento. Por isso lutamos sempre por salários melhores, esses valores deveriam fazer parte dos salários. Mas os valores pagos não são desprezíveis em relação ao salário recebido, o que torna a discussão mais complexa ainda.

Valéria Nader - Pode-se dizer que há uma boa receptividade dos professores em geral às atuais políticas e medidas da reitoria? Até mesmo às reações aos movimentos de estudantes - que inclui muitos deles agredidos, alguns até mesmo encarcerados e outros processados judicialmente?

Heloisa Borsari - Temos parcelas do corpo docente que, felizmente, resistem a esse estado de coisas. Mas a grande questão não é a concordância ou discordância, e sim a apatia. Não que não haja reflexão sobre os fatos, mas, às vezes, é a sensação de impotência que predomina, que leva as pessoas a nem mesmo quererem saber do que se passa. Sinto essa apatia muito presente no corpo docente.

A pena de eliminação do estudante não termina, corresponde na prática a um banimento. No caso de ser eliminado, ele não poderá entrar nunca mais na USP. E as pessoas não querem saber disso. Se souberem, vão ver que a pena foi muito desproporcional, que o processo foi viciado, para dizer o mínimo - como, aliás, alguns juizes já têm reconhecido, concedendo liminares

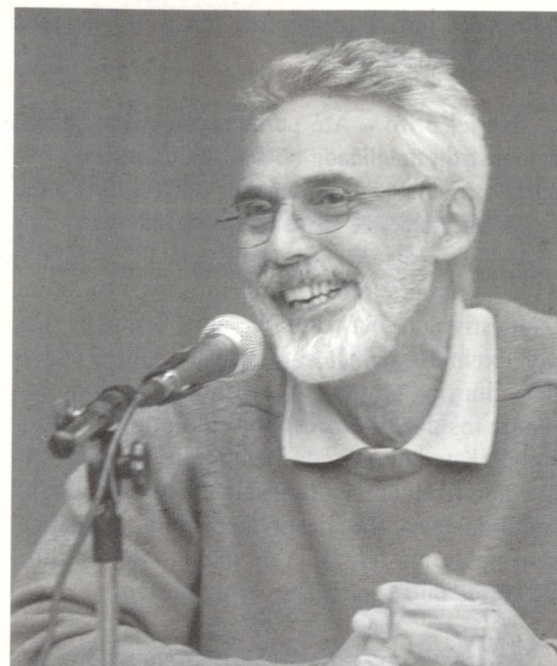


FOTO: DANIEL GARCIA

contra a decisão de eliminação dos estudantes. Não deveriam nem mesmo ser processados, esse não deveria ter sido o caminho adotado. Havia quatro alternativas: advertência, repreensão, suspensão e eliminação. Mesmo nesse regime disciplinar, que data de 1972, em plena ditadura, havia outras alternativas. Foi escolhida a mais severa delas. Não foi à toa.

Valéria Nader - Começa a haver uma racionalização de tais violências, de modo que as pessoas possam ignorá-las e permanecerem em paz com suas consciências, não?

Cesar Minto - E o mais perverso de tudo isso é que o reitor conduz o processo de maneira a aparentar que essa é a única opção viável. Ao se analisar o processo de expulsão dos seis estudantes, está nítido o juízo de valor dos membros da comissão. Na linha de "o estudante não me convenceu de que é inocente, consequentemente ele é culpado". As palavras não são essas, mas o teor, sim. As comissões tratam as pessoas assim: "você é culpado até que prove o contrário. Não conseguiu provar? Sinto muito, está eliminado". Uma coisa terrível.

Na matéria do Informativo Adusp sobre a expulsão dos estudantes, denunciamos o processo. Esse regimento disciplinar não vale só para estudantes, vale para professores também. Se o professor "favorecer a indisciplina dos estudantes", pode ser suspenso. Mas o que é "favorecer a indisciplina dos estudantes"? O regimento está lá para manter a ordem e a disciplina, "tão essenciais para a consecução dos objetivos da vida universitária". A palavra chave é disciplina.

Gabriel Brito - De modo que Rodas é uma representação de um projeto político mais premeditado do que se avalia, e que avança a passos largos?

Heloisa Borsari - Sim, e não devemos mesmo personalizar a questão política na figura do Rodas. O fato essencial é que a estrutura de poder da USP permite a existência de um reitor como

o Rodas. É por aí que prefiro atacar. Precisamos mudar a estrutura.

Gabriel Brito – Até porque, como dito, Rodas demonstrou habilidade no sentido de inclinar boa parte da opinião da comunidade universitária a seu favor, não somente entre os conservadores?

Heloisa Borsari – Sim, ele tem essa capacidade. Porém, ele tem também um tanto de intempestividade na forma de agir. O que ele fez, por exemplo, com a diretoria da Adusp considero um tiro no pé: ele nos interpelou judicialmente (os dez diretores) por conta de um editorial do Estadão que nos atribuiu uma declaração que não fizemos. O jornal saiu em um sábado; na segunda-feira, ele já estava entrando na justiça, sem nenhuma tentativa de diálogo com a diretoria que pudesse esclarecer a questão.

Gabriel Brito – O episódio da placa na Praça do Relógio em homenagem às vítimas da "revolução de 1964" foi um desses atos "intempestivos" para um reitor que se sabe nem tão democrático assim?

Heloisa Borsari – O episódio da placa acabou por impossibilitar, ao menos por enquanto, me parece, a construção de um memorial em homenagem aos mortos e desaparecidos da USP, o que, do meu ponto de vista, é lamentável, pois ele já deveria ter sido construído há muito tempo, independentemente de quem fosse

o reitor. É fundamental preservar essa memória, para que aqueles fatos não se repitam, jamais. A Adusp foi procurada por colegas para apoiar a ideia do monumento e, provavelmente, o faria, mas a crise que se gerou em torno da placa, aparentemente, adiou o processo. Creio que a questão venha a ser retomada, até porque uma campanha pela instalação de uma Comissão da Verdade da USP está em curso e deve reavivar essa discussão.

Valéria Nader – Em meio a tantas arbitrariedades aqui comentadas, a presença da Polícia Militar na USP não pode ficar de fora. Como a encaram?

Cesar Minto – O Rodas tem uma outra faceta difícil de compreender. Uma faceta que explora e vai ao limite do possível. Não dá para desconhecer, por exemplo, que há um questionamento sério a respeito da presença da Polícia Militar e o convênio firmado para tal. Para além disso, ele contratou três coronéis. Sempre trucando. Existe, certamente, um conjunto de informações que oferece ao reitor um bom nível de segurança pra levar tais atitudes adiante.

Gabriel Brito – Isso mostra que o tal cavalo encilhado já está galopando, o projeto político que ele representa já está bem encaminhado?

Heloisa Borsari – Sem dúvida, mas, volto a destacar, não dá pra reduzir os fatos à pessoa dele, é melhor qualificarmos o debate, não

o limitando à figura do Rodas. Parece que não, mas ele vai passar. E ainda restará o problema sobre o que pode vir depois.

Gabriel Brito – Ou seja, palavras de ordem, como o "Fora Rodas", ainda que legítimas, não podem ser o centro da discussão, e muito menos da ação?

Heloisa Borsari – Não adianta levantar bandeiras sem que haja mobilização que lhes dê sustentação. Virar apenas uma palavra de ordem, melhor não. Prefiro fazer a crítica mais conceitual.

Cesar Minto – O slogan não contribui para quase nada hoje em dia.

Valéria Nader – Não adianta desopilar o fígado e não ter base pra sustentar seriamente tais posturas?

Heloisa Borsari – É isso. E nós, que ocupamos cargo de direção da entidade, mais do que ninguém, devemos evitar este caminho. Não deixar o fígado falar por nós, é nossa obrigação. E muitas vezes, alguns setores querem isso da gente, que desopilemos o fígado da parcela indignada da categoria. Mas não creio que devamos agir assim, sob pena de não avançarmos. 🏠

Valéria Nader é economista, jornalista e editora do Correio da Cidadania. (www.correiocidadania.com.br). Gabriel Brito é jornalista.